

OBJETIVO E ESCOPO DA “TEORIA DA DECADÊNCIA IDEOLÓGICA” DE LUKÁCS

PROPÓSITO Y ALCANCE DE LA “TEORÍA DE LA DECADENCIA IDEOLÓGICA” DE LUKÁCS

PURPOSE AND SCOPE OF LUKÁCS’ “THEORY OF IDEOLOGICAL DECAY”

DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v17i2.67087>

Francisco Malê Vettorazzo Cannalonga¹

Jonnefer Francisco Barbosa²

Resumo: Neste trabalho nos propomos a analisar a “teoria da decadência ideológica” de Lukács, a fim de delimitar seu escopo e objetivo. Apresentamos que sua determinação fundamental está em apreender as transformações no seio do pensamento burguês no período da decadência ideológica. Essas transformações giram em torno da necessidade da apologia do modo de produção capitalista afim de concebê-lo não como uma forma de sociabilidade historicamente determinada, mas como algo eterno e insuperável. Em função disso o pensamento burguês passa por um simultâneo processo de regressão ao empírico e evasão do ontológico no plano teórico, o que determina e caracteriza todo seu cosmo intelectual e resulta em uma ontologia de relações puramente empíricas.

Palavras-chave: Dialética. Irracionalismo. Ontologia. Positivismo. Historicidade.

Resumen: En este artículo nos proponemos analizar la «teoría de la decadencia ideológica» de Lukács para delimitar su alcance y objetivo. Argumentamos que su determinación fundamental es aprehender las transformaciones dentro del pensamiento burgués durante el periodo de decadencia ideológica. Estas transformaciones giran en torno a la necesidad de disculpar el modo de producción capitalista para concebirlo no como una forma de sociabilidad históricamente determinada, sino como algo eterno e insuperable. Como resultado, el pensamiento burgués experimenta un proceso simultáneo de regresión a lo empírico y de evasión de lo ontológico en el plano teórico, que determina y caracteriza todo su cosmos intelectual y da lugar a una ontología de relaciones puramente empíricas.

Palabras clave: Dialéctica. Irracionalismo. Ontología. Positivismo. Historicidad.

Abstract: In this paper we set out to analyze Lukács’ “theory of ideological decadence” in order to delimit its scope and objective. We argue that its fundamental determination lies in grasping the transformations within bourgeois thought during the period of ideological decadence. These transformations revolve around the need to applaud the capitalist mode of production in order to conceive of it not as a historically determined form of sociability, but as something eternal and insurmountable. As a result, bourgeois thought goes through a simultaneous process of regression to the empirical and evasion of the ontological on a theoretical level, which determines and characterizes its entire intellectual cosmos and results in an ontology of purely empirical relations.

Keywords: Dialectics. Irrationalism. Ontology. Positivism. Historicity.

Introdução

Neste trabalho procuraremos delinear o propósito e o alcance da teoria da decadência ideológica tomando por base um conjunto de trabalhos de Lukács, sobretudo o seminal ensaio “Karl Marx e o problema da decadência ideológica” de 1938. Será argumentado que essa teoria, longe de ser uma polêmica vazia e dogmática, é antes uma profunda teorização acerca da determinação social do pensamento, que não apenas procura apontar sua gênese social, mas apresentar os elementos *teórico-conceituais* de tal determinação. Para isso dividiremos o artigo em duas partes:

- (1) Na primeira parte do artigo, procuraremos apresentar de maneira sinóptica – fazendo uso tanto de fontes primárias (uma ampla amostragem dos principais teóricos da burguesia no período delimitado) quanto secundárias (estudos autorizados acerca do desenvolvimento do pensamento filosófico e científico no período que coincide com a decadência ideológica), além dos desenvolvimentos do próprio Lukács – a maneira como as necessidades ideológicas da burguesia, que se desenvolvem entre 1830-1871 em função do ascenso do proletariado revolucionário, repercutem e moldam os mais diversos ramos do saber, passando pela filosofia, pelas concepções teóricas acerca das ciências da natureza, da ciência histórica e até da estética, de acordo com a *necessidade apologética* instaurada pela decadência ideológica. Tal necessidade implicará em um duplo movimento de regressão ao empírico e evasão da dimensão ontológica da realidade, com a finalidade de afirmar a *perenidade* do modo de produção capitalista e do domínio da burguesia. A decadência ideológica é assim compreendida como a *forma necessária que o pensamento deve assumir para possibilitar a apologia* das relações sociais vigentes.
- (2) Já na segunda parte procuraremos expor mais detalhadamente essa forma necessária que deve assumir o pensamento reacionário investigando o modo como a visão de mundo engendrada pela apologética se manifesta em termos categoriais sob a forma de uma *ontologia de relações puramente empíricas* que fornece a infraestrutura ontológica do pensamento burguês no período da decadência ideológica, a partir da qual as diversas emanações ideológicas da burguesia encontram esteio teórico. Tal arcabouço categorial por sua vez fornece a *unidade* fundamental do pensamento burguês que se desenvolve no escopo da decadência ideológica da burguesia enquanto classe, o que se expressa na complementaridade de tendências filosóficas aparentemente opostas tal como o existencialismo e o positivismo lógico, como será demonstrado a partir da comparação (realizada por Lukács) entre Heidegger e Carnap-Wittgenstein.

Deste modo, acreditamos ser possível afirmar a “teoria da decadência ideológica” de Lukács como a mais ampla e profunda análise materialista acerca da determinação social do pensamento contemporâneo, capaz de não apenas esclarecer fenômenos ideológicos do passado, mas também nortear investigações acerca dos fenômenos ideológicos mais candentes de nosso próprio tempo, na medida em que se mantém vigentes as determinações da decadência ideológica investigadas por Lukács.

Decadência ideológica, regressão ao empírico e evasão do ontológico

A crítica de Lukács à filosofia irracionalista firma seus alicerces em uma teoria geral do desenvolvimento da filosofia burguesa contemporânea, que necessariamente versa também sobre o desenvolvimento geral da ideologia e da cultura burguesa a partir da segunda metade do século XIX: a *teoria da decadência ideológica*. Tal teoria, para além de elencar os elementos centrais característicos do processo em curso, também procura delinear a maneira específica como as determinações ideológicas da burguesia cristalizam-se em um arcabouço conceitual unitário, que se configura como infraestrutura ontológica e epistemológica a partir do qual se elevarão – das mais simples às mais complexas – as emanções ideológicas que emergem no período circunscrito. Estas, por sua vez, não se resumem a formulações situadas estritamente no terreno da filosofia e de um debate puramente conceitual, mas abarcam a totalidade da cosmovisão intelectual da burguesia, cujas ramificações abarcam os campos da política, das concepções sociais e até mesmo à produção e teorização estética.

A teoria da decadência ideológica elaborada por Lukács constitui um dos eixos centrais de sua elaboração teórica de maturidade. Formulada de maneira programática no artigo “Karl Marx und das probleme des Ideologischen Verfalls” (“Karl Marx e o problema da decadência ideológica”) de 1938, publicado primeiramente na revista *Internationale Literatur* e aparecendo em livro pela primeira vez em 1948, na coletânea de ensaios *Karl Marx und Friedrich Engels als Literaturhistoriker*, sendo republicado diversas vezes em diferentes volumes, notavelmente no volume 4 da edição de suas obras coligidas (*Werke 4. Probleme des Realismus I. Essays über Realismus*) pela editora berlinense Luchterhand. Como bem indica o histórico de publicação, o ensaio versa primordialmente sobre problemas estéticos e a maneira específica como as tendências da decadência ideológica incidem nesse domínio. Contudo, nas primeiras partes do ensaio Lukács oferece um quadro geral da teoria, o qual será suplementado e aprofundado posteriormente em outros trabalhos ao longo de sua vida até sua derradeira *Ontologia do ser social*.

Lukács inicia o ensaio de 38 sublinhando que os lineamentos fundamentais da teoria da decadência ideológica já se encontram – ainda que em uma forma não sistematizada – na obra de Marx. Neste contexto, é aduzida por Lukács uma citação lapidar, extraída do posfácio da segunda edição de *O Capital*, que expressa o sentido geral do processo de decadência ideológica, a qual reproduzimos integralmente:

Na França e a na Inglaterra, a burguesia conquistara o poder político. A partir de então, a luta de classes assumiu, teórica e praticamente, formas cada vez mais acentuadas e ameaçadoras. Ela fez soar o dobre fúnebre pela economia científica burguesa. Não se tratava mais de saber se este ou aquele teorema era verdadeiro, mas se, para o capital, ele era útil ou prejudicial, cômodo ou incômodo, se contrariava ou não as ordens policiais. O lugar da investigação desinteressada foi ocupado pelos espadachins a soldo, e a má consciência e as más intenções da apologética substituíram a investigação científica imparcial. (Marx, 2013, p. 86 *apud* Lukács, 2016, p. 100)

Marx sublinha aqui uma transformação de ordem ideológica, gestada no seio de uma determinada classe social, em um momento histórico específico, fundada em determinações materiais objetivas que condiciona o caráter da cientificidade (ou ausência desta) da produção teórica. Tal é o sentido geral que norteia o processo de decadência ideológica. Em sua determinação específica, esse processo refere-se à

maneira como a burguesia, determinada a perpetuar o seu domínio material e político, converte-se em uma classe conservadora e reacionária, precisamente assim que o proletariado organizado adentra o palco da história como classe revolucionária e agente do progresso histórico – acentuando de maneira inédita o irreduzível antagonismo entre as classes. A incipiente agudização da luta entre a burguesia e o proletariado desdobra-se ao longo do século XIX, produzindo seu primeiro tremor em 1830 na Revolução de Julho em França e encontrando sua culminação nos levantes proletários de 1848 que varreram toda a Europa e reverberaram para além do continente, cujo impacto na dinâmica da luta de classes encontra seu ápice no estabelecimento da Comuna de Paris em 1871 e sua subsequente destruição nas mãos das forças da reação burguesa.

A citação de Marx refere-se sobretudo à revolução de 1830, ano em que Marx identifica uma “crise decisiva” na economia política. A economia política, como a ciência clássica da burguesia ascendente e ciência efetiva da sociedade burguesa – das relações materiais que a sustentam e das dinâmicas sociais que implicam – se mostrou muito mais sensível às alterações na temperatura da luta de classes e embarca no processo de decadência ideológica de maneira precursora, já na primeira manifestação do conflito de classes que apenas seguiria se aprofundando nos anos subsequentes. Contudo, segundo Lukács, é durante o período que vai revoluções de 1848 até o massacre da Comuna de Paris em 1871 que os efeitos da decadência ideológica se enraízam de maneira definitiva no cosmo ideológico da burguesia, irradiando-se para todas as formas de manifestação ideológica.³ Do ponto de vista da burguesia, o acirramento da luta de classes, assim como a demanda da instauração de uma sociedade para além do capital, jamais poderiam serem vistas como possibilidades inscritas no âmago das contradições do próprio modo de produção capitalista; tampouco poderiam ser essas contradições compreendidas como elementos constitutivos da própria sociabilidade que confere à burguesia seu poder social. Por força de uma necessidade social que se impõe em todos os âmbitos da vida espiritual, o modo de produção capitalista – e as relações sociais que dele emanam – já não poderia ser concebido como uma forma de produção social historicamente determinada, como um importante, porém transitório momento no contraditório desenvolvimento do gênero e da história humana, *mas como o derradeiro estágio desta: a única forma de sociabilidade possível e desejável.*

Para que esta concepção se torne efetiva, a recusa da historicidade e do próprio conceito de desenvolvimento histórico configura-se como tônica dominante no espectro ideológico da burguesia. Neste contexto, qualquer tentativa de compreender cientificamente as formas de legalidade específicas que circunscrevem o desenvolvimento histórico – compreendido em sua *totalidade* – devem ser abandonadas e as relações sociais capitalistas devem ser compreendidas como elementos basilares da sociabilidade humana em geral. Consequentemente, até mesmo as conquistas logradas nessa direção pelos principais representantes da burguesia em seu período revolucionário devem ser escamoteadas ou deformadas para dar lugar a formulações condizentes às novas necessidades ideológicas, é o que indica Lukács no ensaio de 38:

Essa liquidação de todas as tentativas anteriores dos renomados ideólogos burgueses de compreender com destemor as forças motrizes reais da sociedade, ignorando as contradições descobertas, essa fuga para a pseudo-história ideologicamente ajustada,

superficialmente concebida, subjetivística e misticamente distorcida, constitui a tendência geral da decadência ideológica (Lukács, 2016, p. 102)

Ou ainda, de forma mais clara, em *O Romance Histórico*:

A economia clássica, que expressou corajosamente determinadas contradições da economia capitalista de seu tempo, transforma-se no harmonismo [*Harmonismus*] perfeito e mentiroso da economia vulgar. A derrocada da filosofia hegeliana na Alemanha significa o desaparecimento da ideia do caráter contraditório do progresso. Na medida em que uma ideologia do progresso continua a dominar - e ainda será, por um bom tempo, a ideologia dominante da burguesia liberal -, todo elemento de contradição é eliminado; daí resulta a concepção da história como evolução contínua, linear. (Lukács, 2011, p. 215)

Como indicamos, a eliminação sistemática da historicidade e da apreensão intelectual das leis motrizes que circunscrevem o desenvolvimento histórico se faz sentir de maneira pioneira na economia política. Seguindo nas veredas de Marx, Isaak Rubin aponta que a economia política burguesa se tornou apologética e vulgar ao restringir “sua investigação ao estudo superficial dos fenômenos tal como eles aparecem para o capitalista em vez de investigar a conexão interna entre eles” (Rubin, 2014, p. 458). Ora, para Marx até as mais abstratas categorias já “trazem consigo as marcas da história” (Marx, 2013, p. 244) e as relações que essas categorias estabelecem entre si, expressam a especificidade histórica do modo de produção que as encerra, assim como seu caráter transitório e historicamente determinado. Neste sentido, o papel da crítica da economia política para Marx é sobretudo a demonstração da determinação histórica do modo de produção capitalista e suas categorias fundamentais, a partir da exposição da *gênese ontológica* de suas categorias constitutivas. A exposição crítica dessas categorias em suas articulações imanentes e da forma como estas se organizam no processo produtivo em sua totalidade revela sua natureza historicamente determinada e, portanto, suplantável. A possibilidade exposição da gênese da tais categorias e explicação de sua organização no interior do sistema destas explicita por sua vez a possibilidade de sua derradeira superação ou, como afirma Marx: “uma vez que se exponham claramente estas relações internas, toda a crença teórica na necessidade permanente do estado de coisas atual se exaure” (Marx; Engels, 2020, p. 269).

A fim de evitar tais conclusões acerca do caráter necessariamente transitório do modo de produção capitalista e fundamentar a apologia do atual estado de coisas a investigação científica acerca da *gênese dos fenômenos* deve ser necessariamente obstada. Para esse fim a ideologia burguesa deve encontrar refúgio na dimensão puramente empírica dos fenômenos econômicos, na forma como estes se apresentam imediatamente à percepção e no qual desaparecem as determinações que circunscrevem sua gênese. Na maior parte dos casos, o foco da análise finda por se referir exclusivamente às características dos fenômenos da circulação simples de mercadorias, de modo a apagar as determinações específicas da produção capitalista (forma valor, trabalho assalariado, mais-valor etc.), identificando-as com a produção em geral, de modo a perenizar em forma teórica a própria produção capitalista, como indica Marx:

Dois pontos são aqui característicos do método da apologética econômica. Em primeiro lugar, a identificação da circulação de mercadorias com a troca imediata de produtos mediante a simples abstração de suas diferenças. Em segundo lugar, a tentativa de negar as contradições do processo capitalista de produção dissolvendo as relações de seus agentes de produção nas relações simples que surgem da circulação de mercadorias. A

produção e a circulação de mercadorias são, porém, fenômenos que pertencem aos mais distintos modos de produção, por mais variados sejam em sua dimensão e alcance. Portanto, ainda não se sabe nada da *differentia specifica* [diferença específica] desses modos de produção e, por conseguinte, não é possível julgá-los enquanto se conhecem apenas suas categorias abstratas, comuns a todos os modos de produção. Em nenhuma ciência além da economia política impera tal pedantaria acompanhada de lugares-comuns tão elementares. (Marx, 2013, p.187, nota 73)

Com efeito, esse recuo para o campo da manifestação fenomênica, se confirma tanto em casos da apologia *direta* quanto *indireta* do modo de produção capitalista. Por exemplo, no primeiro caso, o economista norte-americano Henry Charles Carey que, aferrando-se exclusivamente aos fenômenos superficiais da economia norte-americana, pode vislumbrar o capitalismo como um sistema em si mesmo harmônico, cujas contradições e dissonâncias podem ser concebidas como perturbações contingentes (em sua visão, a influência nociva da Inglaterra), de modo algum vinculadas à dinâmica interna da acumulação capitalista em escala global.

O que Carey não compreendeu é que essas desarmonias do mercado mundial são unicamente as expressões adequadas últimas das desarmonias que [são] fixadas nas categorias econômicas como relações fixas ou que têm uma existência local em menor escala. Não surpreende que, por outro lado, ele esqueça o conteúdo positivo desses processos de dissolução – o único aspecto que examina das categorias econômicas em sua forma abstrata ou das relações reais no interior de determinados países, das quais as categorias são abstraídas – em sua manifestação plena no mercado mundial. Por isso, onde as relações econômicas se apresentam a ele em sua verdade, i.e., em sua realidade universal, Carey passa de seu otimismo por princípio para um pessimismo exasperado e denunciante. (Marx, 2011, p. 30)

Por outro lado, no segundo caso, Thomas Malthus, que deseja afirmar não somente o capitalismo, mas também a necessidade da existência das classes rentistas e parasitárias, atenta-se justamente aos elementos contraditórios que assomam à superfície fenomênica, com a finalidade de exacerbá-los como constitutivos da vida social em geral.

A Malthus não interessa encobrir as contradições da produção burguesa; ao contrário, interessa-lhe destacá-las, por um lado, para demonstrar que a miséria das classes trabalhadoras é necessária [...] e, por outro lado, para provar aos capitalistas que um clero eclesial e um clero estatal cevados são imprescindíveis para proporcionar-lhes uma demanda adequada. (Marx, 1985, p. 1.111 *apud* Lukács, 2016, p. 107)

O que há em comum nas duas formas de apologia é a maneira como ambos buscam evitar o confronto com a dimensão imanente das legalidades constitutivas do modo de produção capitalista, mantendo-se tão somente no nível da pura empiria, cuja descrição ou interpretação pode ser moldada de maneira a melhor corresponder às necessidades apologéticas da burguesia em cada caso,⁴ sucedendo assim em evadir por completo o problema específico da gênese dos fenômenos e categorias investigados.

A “teoria da decadência ideológica” se define, portanto, como uma tentativa de conceituar *a forma necessária que o pensamento burguês deve assumir para corresponder às necessidades apologéticas*, assim como delinear suas premissas fundamentais, enquanto visão de mundo omnicomprensiva. Tendo isso em vista, quais são, então, os lineamentos teóricos básicos que correspondem a forma necessária que deve assumir a

apologética? Marx, por exemplo, referindo-se sobre a forma e as fontes da “renda” (*revenue*), indica que ela explicita as relações da sociedade capitalista em sua forma mais fetichizada e prossegue:

Sua existência, como surge na superfície, isola-se de suas conexões ocultas e dos elos intermediários mediadores [...] A forma distorcida em que se expressa a inversão efetiva se encontra naturalmente reproduzida na representação dos agentes deste modo de produção [...] Os economistas vulgares [...] traduzem, de fato, as representações, os motivos etc., dos portadores envolvidos na produção capitalista, nos quais ela se reflete apenas em sua aparência superficial. Traduzem-na numa linguagem doutrinária, do ponto de vista da facção dominante, dos capitalistas; por isso, não de uma maneira ingênua e objetiva, mas apologética. O exprimir limitado e pedante das representações vulgares, que necessariamente se produz naqueles que sustentam esse modo de produção, é muito diferente do impulso de economistas como os fisiocratas, Adam Smith, Ricardo, no sentido de apreender as conexões internas desse modo. (Marx, 1974, p. 267 – nossos itálicos)

Portanto, para Marx, a forma da apologética na economia política vincula-se à apreensão da forma puramente *fenomênica* (i.e. empírica) em que as relações sociais capitalistas se manifestam, descoladas das mediações constitutivas que as engendram, isto é, tal como se apresentam na *representação* dos agentes econômicos – algo muito diferente de como procediam os clássicos da economia política clássica, que, a despeito de suas limitações, procuravam apreender, através da análise, as categorias econômicas para além de sua forma fenomênica imediata.

Essa estrutura da apologética, tão flagrante no âmbito da economia política, de forma alguma se restringe ao domínio desta ciência, mas se impõe como uma tendência geral, permeando a totalidade das manifestações ideológicas da burguesia após 1848. Segundo Lukács, essa estrutura corresponde a uma tendência geral de todo o pensamento burguês que se desdobra radicado no processo de decadência ideológica:

Qual é, de fato, o núcleo de toda apologética? É a tendência a permanecer na superfície dos fenômenos, ignorando os problemas mais profundos, essenciais e decisivos. Ricardo ainda se referia aberta e “cinicamente” à exploração dos operários pelos capitalistas. Os economistas vulgares se refugiam nos mais superficiais pseudoproblemas da esfera da circulação, de modo a banir do mundo da ciência econômica o processo de produção, na medida em que este é processo de produção do mais-valor. De modo análogo, a estrutura de classes da sociedade desaparece da sociologia; a luta de classes, da ciência histórica; e o método dialético, da filosofia. (Lukács, 2010, p. 201)

A marca do pensamento apologético, portanto, se constitui em uma *regressão ao empírico*, que se configura como *uma identificação entre a forma e estrutura da representação subjetiva e o ser objetivo*, com a finalidade de eliminar do escopo de qualquer investigação o problema fundamental acerca da *gênese* dos fenômenos. Em tal concepção todas as determinações, mediações, tendências e legalidades que constituem a totalidade da forma objetiva do ser devem ser reduzidas aos seus mais elementares predicados sensíveis, tal como se refletem na representação. Por outro lado, na medida que o domínio do empírico se constitui em incontornável referência à subjetividade cognoscente e à estrutura do aparato sensorial, todos os elementos encontram-se despidos de qualquer conteúdo propriamente ontológico (que subsista independentemente da representação). Assim, esse processo de regressão ao empírico simultaneamente se caracteriza como uma *evasão do ontológico*, da objetividade em geral. A pluralidade da realidade material, das legalidades e relações internas que conformam sua dinâmica – como indicou Marx – desaparecem, diluídas na homogeneidade de

uma pseudo-objetividade exclusivamente empírica. Carente das determinações que constituem a especificidade ontológica de cada ente ou complexo objetivo, “a realidade existente em si, sua forma, predominante em cada caso, de espelhamento na ciência e as hipóteses daí derivadas [...] são homogeneizadas em uma única e mesmíssima objetividade” (Lukács, 2012, p. 48).

Por conseguinte, esse movimento necessariamente redundava numa aberta recusa da realidade independente da consciência enquanto objeto da indagação e investigação teórico-filosófica. Isto é, resulta em uma perspectiva teórica que privilegia a capacidade cognitiva-subjetiva em detrimento da abordagem da dimensão propriamente ontológica, que subsiste independente da representação e, antes, a determina. John Stuart Mill, em uma passagem célebre de seu livro sobre a filosofia positiva de Comte, oferece uma cristalina síntese dessa perspectiva:

Não temos o conhecimento de nada a não ser dos fenômenos; e o nosso conhecimento dos fenômenos é relativo, não absoluto. Não conhecemos a essência, nem o real modo de produção de qualquer fato, mas apenas em sua relação com outros fatos no sentido de sucessão ou similitude. Essas relações são constantes, isto é, sempre iguais nas mesmas circunstâncias. Essas constantes similaridades que conectam os fenômenos e as sequências constantes que os unem como antecedentes e consequentes, são denominados como suas leis. As leis dos fenômenos são tudo o que sabemos a respeito deles. Sua natureza essencial, suas causas derradeiras, sejam eficientes ou finais, são desconhecidas e inescrutáveis para nós. (Mill, 1887, pp 7-8)

É importante notar que ao descrever os princípios diretivos da filosofia positiva de Comte, Mill enfatiza que estes são, ao mesmo tempo, patrimônio de toda “a filosofia da época e a herança comum dos pensadores” (MILL 1887 *ibid.*). Essa afirmação denota o caráter generalizado desta tendência, que abrange a totalidade da filosofia burguesa que se desenvolve sob a égide da apologética. Essa nova postura “positiva”, de fato, não se circunscrevia tão somente ao positivismo de Comte e seus seguidores ou empiristas declarados como Mill, mas abarca inclusive uma pletora de autores cujas filosofias enveredavam abertamente pelo misticismo e irracionalismo declarado, como Schelling, que ancorava sua filosofia da revelação em uma concepção particular de empirismo,⁵ ou como Schopenhauer que atribuía sua perspectiva do mundo como “representação” ao sensualismo de Berkeley. Tão generalizada se apresentava essa tendência que mesmo um autor como Dilthey, ferrenho crítico do positivismo e cujos esforços intelectuais se dirigiram para fundamentar um método de investigação dos fenômenos históricos que superassem as estreitezas daquele, podia conceber sem qualquer ressalvas “a realidade efetiva, enquanto o correlato da experiência”, que por sua vez “é dada na conjunção de uma articulação de nossos sentidos com a experiência interna” (DILTHEY 2010 p. 21). Acerca desse ponto, Leo Freuler – que jamais poderia ser acusado de aderir a tese da teoria da decadência ideológica – oferece uma síntese cristalina:

a segunda metade do século XIX é um destes períodos onde as mentalidades, após serem elevadas aos céus da especulação, são novamente atiradas para baixo, para o mundo “real”, “concreto” da experiência, para o mundo dos “fatos positivos”, do “sensível”, para aquilo que Lotze caracterizará em 1852 como uma “fé exclusiva no sensível” e uma “confiança no fato de que ele constitui a única realidade”, ou para aquilo que Frege chamará em 1893 de uma “tendência muito difundida de reconhecer como existente apenas o sensível”. No sentido mais amplo, o imperativo da redefinição indica, portanto, simplesmente esse movimento geral de um retorno ao mundo dado da realidade sensível. (Freuler, 1997, pp. 92-93)

Com essas observações não temos por objetivo desconsiderar as diferenças entre os diversos autores e tendências, especialmente no que diz respeito à consecução em detalhes de seus respectivos projetos teóricos, mas procuramos sobretudo sublinhar a *unidade substancial de seu ponto de partida*. Como bem coloca Marcuse, referindo-se à relação do positivismo de Comte com a “filosofia positiva” de Schelling e Stahl: “a despeito destas diferenças essenciais, há uma tendência comum a ambas as filosofias que é a de se oporem ao controle do apriorismo e a de restaurarem a autoridade da experiência” (Marcuse, 1978, p. 296). Tal unidade substancial das premissas teóricas assumidas pela filosofia burguesa não se inscreve numa ora esposada modéstia acerca das possibilidades e limites do fazer filosófico em resposta aos supostos devaneios do idealismo objetivo de Hegel e seu sistema enciclopédico, mas sim na necessidade universal da apologética que se apodera do pensamento burguês no período da decadência ideológica, fundando um arcabouço teórico unitário que, neste aspecto, não discrimina por posições políticas particulares.

Cabe salientar, contudo, que essa transformação ideológica não se consuma de maneira consciente na maioria dos casos, mas se impõe sob a forma de uma necessidade social exercida independentemente da consciência que os pensadores e escritores tem deste processo. Não obstante, é também possível identificar exemplos em que o horizonte político-ideológico das transformações operadas no seio dos projetos filosóficos se encontra nitidamente delineado, como é o caso de Paul Janet em seu opúsculo *La Philosophie Française Contemporaine* de 1879:

Não é uma opinião paradoxal afirmar que a revolução de 48 e os eventos de 52 tiveram algum efeito sobre a nova direção filosófica. A revolução de fevereiro teve por efeito demonstrar a vaidade e o perigo de um idealismo exagerado, que ao ser confrontado com as realidades que evocou, mostrou a si mesmo todo o poder dessas realidades e o papel que tem na história das sociedades a necessidade da segurança material [...] antes, o fato era sacrificado à ideia; agora é a vez da ideia ser sacrificada ao fato. (Janet, 1879, p. 10)

Na sequência dessa passagem, Janet ainda sublinha a maneira como a nova perspectiva filosófica contribui para a manutenção da ordem vigente, independentemente da opinião ou posição pessoal dos filósofos individuais, reforçando o caráter generalizado do processo descrito:

Longe de mim querer representar os escritores que ostentaram a bandeira do espírito crítico e positivo como solidários ao regime contra o qual eles tantas vezes protestaram; *mas não é menos verdadeiro que ao denunciarem as ilusões metafísicas eles forneceram o método que seria empregado para denunciar as ilusões políticas* (Janet, 1879, p. 10, nossos itálicos).

Mencionamos anteriormente que a problemática da história e do desenvolvimento histórico em geral tem um papel central nas transformações operadas no cosmo ideológico da burguesia. É precisamente neste âmbito que os efeitos da nova postura filosófica se tornam mais palpáveis. No contexto da regressão ao empírico implicado pela apologética, essa nova perspectiva traz consigo a dissolução da unidade do desenvolvimento histórico em um amontado de fatos e eventos históricos dispersos, carentes de qualquer unidade ou necessidade, no qual o problema da gênese é desconsiderado inteiramente.⁶ O foco da investigação torna-se tão somente a natureza individual ou singularidade dos fenômenos históricos particulares ora hermeticamente cindindo do desenvolvimento histórico geral e das determinações materiais

que os circunscrevem. Na ausência de qualquer lastro ontológico que permita capturar as legalidades e tendências objetivas que se desdobram no interior da própria história, as incontornáveis tentativas de conceber qualquer forma de universalidade no devir histórico descambam invariavelmente em dois caminhos contrapostos, mas que despontam de uma mesma base geral: generalizações abstratas reducionistas ou mítico-irracionalistas. Exemplo do primeiro caso são as formulações de historiadores positivistas como Hyppolite Taine e T. H. Buckle que, procurando dar continuidade ao projeto comtiano de formular leis gerais e universais de maneira indutiva, em homologia às leis da natureza (isto é, sob a forma de regularidades empíricas), procuram reduzir a multiplicidade do desdobramento histórico a um conjunto de princípios abstratos gerais (meio, tempo e raça, no caso de Taine), passando ao largo das determinações concretas em cada caso.⁷ T. H. Buckle é quem formula esse programa de maneira mais consequente:

Para aqueles que têm a firme concepção da regularidade dos eventos e que apreenderam com firmeza a grande verdade de que as ações dos homens, sendo guiadas por seus antecedentes, na realidade nunca são inconsistentes, mas, por mais caprichosas que possam parecer, apenas fazem parte de um vasto esquema de ordem universal [...] De fato, o progresso da investigação está se tornando tão rápido e tão rigoroso, que tenho poucas dúvidas de que, antes que mais um século tenha se passado, a cadeia de evidências estará completa, e será tão raro encontrar um historiador que negue a regularidade invariável do mundo moral, como é agora encontrar um filósofo que negue a regularidade do mundo material. (Buckle, 1857, pp. 28-27)

Um exemplo saliente da segunda perspectiva é o importante historiador prussiano Leopold von Ranke que ao se confrontar com o problema das mediações e determinações que se estabelecem para além do campo empírico e da investigação das fontes, recua agnosticamente frente a possibilidade de um conhecimento racional da estrutura do desenvolvimento histórico em sua totalidade, recorrendo a ideia de uma providência divina que excede os limites da racionalidade humana, como bem indica Lukács:

Quem renuncia à explicação econômica dos objetos econômicos e sociais renuncia necessariamente à explicação científica do desenvolvimento histórico-social. Para o historiador rigoroso que trabalha estritamente da perspectiva das ciências individuais, essa renuncia pode levar à ilusões agnósticas e relativistas, à ilusão de ter descrito somente os fatos tal como realmente ocorreram. Contudo, essa ilusão se dissolve no momento em que o historiador se refere a uma conexão geral, por mais pragmática que seja. Ranke, que por décadas constituiu o modelo de todos aqueles historiadores que por princípio recusam a interpretação econômica e, portanto, contendo legalidades, do desenvolvimento histórico, no momento em que deve formular uma conexão abrangente recai na ideia de Deus. (Lukács, 1934, p. 10)

Em ambas perspectivas, a ideia de *desenvolvimento* e *progresso* histórico (contraditório, por certo), encontra-se eliminado ou diluído: no caso do positivismo, a história se reduz a um conjunto de instâncias ou manifestações de leis naturais universais (no sentido comtiano de uma “física social”), eternas e absolutas, de modo que toda concepção de uma transformação radical, de desenvolvimento de novas determinações sociais a partir de um estado anterior encontra-se eliminada; o historicismo alemão, por sua vez, procurando combater o positivismo (e, veladamente, o materialismo histórico), rejeita a própria ideia de causalidade na história e, com ela, a possibilidade de apreender legalidades que circunscrevem o desenvolvimento histórico, eliminando a própria ideia acerca da unidade substancial deste:

A pesquisa histórica não tem por ambição explicar, ou seja, não pretende deduzir do anterior o posterior; os fenômenos necessariamente como efeitos de evoluções e leis que os regem. Se a necessidade lógica do posterior residisse no anterior, então existiria, ao invés do mundo ético, um análogo de matéria eterna e da transformação dos materiais. (Droysen, 2009, p. 53-54)

Assim, a unidade (contraditória e desigual) do desenvolvimento histórico é substituída por um nominalismo empírico que dá vazão à concepção de Ranke de que “todas as épocas se encontram imediatamente próximas a Deus, e seu valor não repousa naquilo que delas emerge, mas em sua própria existência, em seu próprio ser” (Ranke, 1906, p. 17), o que abre margem para concepções mitologizadas acerca do devir histórico – algo que efetivamente ocorrerá de maneira flagrante no pensamento alemão posterior, pense-se na obra de Spengler, Bäumler ou Rosenberg.

Já a reflexão teórica sobre a ciência histórica finda por mover-se progressivamente mais para um exame das condições gnosiológica e psicológicas do conhecimento histórico,⁸ fundada exclusivamente na faculdade de representação do sujeito e cada vez menos no sentido de um esclarecimento das forças materiais objetivas que balizam as transformações sociais e da tentativa de fornecer um quadro compreensivo de tal desenvolvimento global. Desta maneira, como indica Lukács, “o único modo possível de ‘compreender’ o passado parece ser o da aplicação de nossa faculdade de representação, o procedimento que parte de nossas representações” (Lukács, 2011, p. 218). Exemplo disso é Hyppolite Taine, que não titubeia em afirmar que a ciência histórica não é mais do que um ramo da psicologia e que “a história é, no fundo, nada mais do que uma tarefa psicológica” (Taine, 1863, p. XLII); na mesma direção seguirá Dilthey – de uma perspectiva contraposta e ostensivamente crítica ao positivismo de Taine e Buckle – em sua tentativa de elaborar uma “psicologia descritiva” (*beschreibende Psychologie*) como *organon* das ciências históricas e sociais.

A eliminação da historicidade da vida social torna-se também um dispositivo metodológico central no advento da sociologia contemporânea, uma “ciência” que historicamente procurou estabelecer suas bases teóricas precisamente mediante a eliminação do elemento material (econômico) e histórico da investigação da vida social, fundando-se sobretudo a partir da pura descrição dos fenômenos empíricos regulares (fatos sociais) da vida social, sem qualquer indagação em torno da problemática de sua gênese concreta:

[...] a separação minuciosa dos fenômenos sociais de sua base econômica, a transferência dos problemas econômicos para outra ciência, totalmente separada da sociologia, atingindo-se, desse modo, uma finalidade apologetica. A deseconomização da sociologia significa simultaneamente a sua deshistorização: as determinações da sociedade capitalista – representadas de modo distorcido – podem, a partir desse momento, ser tratadas como categorias “eternas”, relativas a toda forma de sociabilidade. (Lukács, 2020, pp. 31-32)

Contudo, esse processo de evasão do ontológico não se circunscreve somente ao conhecimento da sociedade e da história, mas também se impõe às concepções acerca do objeto e tarefa das ciências naturais. Não podemos no escopo desse trabalho nem sequer de maneira alusiva discorrer sobre a maneira como as ciências naturais são compreendidas no contexto da decadência ideológica,⁹ por ora apenas indicar que também nas ciências da natureza o par conceitual de regressão ao empírico e evasão do ontológico emerge de modo incontornável, sobretudo na física – tomada como modelo do pensamento científico em geral –

sob a forma de uma *desontologização* de seu aparato conceitual. Esse processo de desontologização é bem caracterizado na arguta síntese fornecida por Herbert Schnädelbach:

Desontologização [...] significa, em primeiro lugar, que a física se restringe estritamente ao que é dado como fenômeno, que é matéria de descrição. Desontologização significa, em segundo lugar, que todos os conceitos de essência e substância, e mesmo o conceito de força, são eliminados da ciência e que os únicos conceitos utilizados são aqueles que possibilitam exprimir conexões funcionais no dado [...] De acordo com essa concepção, a física consiste em nada além da mais precisa descrição possível dos fenômenos observáveis, em cuja assim chamadas leis da natureza tem unicamente a função de tornar possível a economia descritiva. (Schnädelbach, 1984, p. 87)

O processo de “regressão ao empírico” característico da decadência ideológica tampouco se resume simplesmente ao campo do pensamento teórico-conceitual, mas também deixa suas marcas na produção artística e nas concepções estéticas. Por exemplo, tratando dos problemas formais do romance moderno, Lukács salienta que a partir do processo da decadência ideológica o princípio da narração na composição épica do romance é subitamente substituída pelo primado da descrição. Nas grandes obras do realismo crítico burguês, a descrição minuciosa de detalhes, circunstâncias etc. era empregada tão somente na medida em que estes confluíssem para o aprofundamento dos temas e motivos centrais da narrativa, através da seleção e hierarquização de tais momentos na trama, que se expressam em ações e destinos humanos particulares. Em suma, apenas na medida em que estes detalhes confluíssem para a narração da *práxis* dos indivíduos no seio de um conjunto de circunstâncias concretas, cujos conflitos e dramas são capazes de desvelar a dimensão essencial da vida social e suas forças motrizes:

Só o contato com a *práxis*, só a complexa concatenação das paixões e das variadas ações dos homens pode mostrar quais foram as coisas, as instituições etc. que influíram de modo determinante nos destinos humanos e quando e como se exerceu tal influência [...] É a própria vida que realiza a seleção dos momentos essenciais do homem no mundo, quer subjetiva, quer objetivamente (Lukács, 2010, p. 166)

O princípio puramente descritivo, inaugurado pelo naturalismo, por sua vez, não distingue entre momentos essenciais ou acidentais, resultando na homogeneização da dinâmica da vida social na forma de representação de uma “medianidade” [*Durchschnittlichkeit*] social, que jamais abandona o campo da banalidade da vida cotidiana, dos elementos da vida social que se apresentam imediatamente à percepção. Dessa forma, perde-se de vista as complexas cadeias de tendências e determinações sociais sob cuja base e a partir da *práxis*, pode-se desdobrar a personalidade dos personagens típicos dos romances:

[...] a medianidade [*Durchschnittlichkeit*] transforma a representação literária da vida em movimento numa descrição de estados relativamente imóveis. A ação, cada vez mais, é substituída pela justaposição de imagens estáticas, perdendo assim qualquer função real no conjunto da obra de arte. E isto porque a função que ela desempenhava anteriormente - ou seja, extrair dos homens e das situações as determinações sociais, objetivas e subjetivas, nelas latentes - torna-se supérflua em consequência dessa orientação para a média. As poucas categorias sociais que podem ser percebidas na medianidade, localizem-se, naturalmente, na superfície imediatamente perceptível e são, portanto, diretamente representáveis com os meios da mera descrição dos eventos de todos os dias (Lukács, 1971, p. 201-202)

Essa tendência dominante na literatura contemporânea em permanecer exclusivamente na superfície empírica da realidade, progressivamente conduz a uma maior abstração na caracterização das personagens literárias e dos eventos narrados. Na medida em que a literatura contemporânea privilegia descrição minuciosa de instantes casuais, contingentes, que se sucedem no tempo sem qualquer ordenamento de momentos, em detrimento de uma narrativa que realize uma seleção e hierarquização de eventos, cuja culminação é capaz de revelar as tendências e forças que regem a vida social, perde-se em grande medida importantes elementos de determinidade ou concretude na composição literária. Tal caráter abstrato surge, justamente, na maneira como esses momentos se encontram isolados e apartados da dinâmica total da vida social, que produz estes momentos como instâncias de conexões concretas que a própria vida social estabelece consigo mesma e que encontram encarnação e sentido através dos destinos individuais dos personagens literários típicos. Assim, Lukács aponta, o que emerge desse princípio de composição é a forma de uma pseudo-objetividade, fundada exclusivamente na representação empírica, descrita com a maior minúcia pelos principais representantes do naturalismo, que reclamam para suas obras um caráter pseudocientífico. Essa forma de representação da realidade social na literatura entrelaça-se intimamente com a pseudo-objetividade que também domina a filosofia no período da decadência ideológica (às vezes de maneira indireta, às vezes de maneira direta, como é o caso do naturalismo e do positivismo pós-comtiano de Hyppolite Taine):

A esta pseudo-objetividade da teoria e da prática da nova literatura burguesa liga-se estreitamente sua pseudocientificidade. O naturalismo afasta-se cada vez mais da viva ação recíproca dos grandes contrastes sociais, substituindo-os por vazias abstrações sociológicas. E esta pseudocientificidade assume, até mesmo em medida crescente, um caráter agnóstico. A crise dos ideais burgueses é representada em Flaubert sob a forma da falência de todas as aspirações humanas, de bancarrota do pensamento científico. Em Zola, o agnosticismo pseudocientífico encontra-se já claramente formulado: a literatura, diz ele, só pode expor o “como” dos fatos, mas não o seu “porquê”. E, quando Taine, o mais importante teórico do período da formação do novo realismo, pretende indicar o fundamento real da sociedade e da história, chega a definir a raça como base última da existência, que não pode ser ulteriormente decomposta pelo pensamento. (Lukács, 2010, p. 204)

A partir dessa observação, a conexão íntima que o primado da descrição estabelece com o processo de regressão ao empírico da decadência ideológica torna-se plenamente visível. É importante salientar, contudo, que o processo de desontologização que se verifica em concomitância com a regressão ao empírico no pensamento teórico não se observa do mesmo modo nos primeiros movimentos literários e autores que preconizam o primado da descrição, na medida em que estes ainda devem descrever situações e personagens humanos reais, não obstante medíocres e rebaixados ao nível da cotidianidade. Contudo, a regressão ao empírico faz-se presente na eliminação do caráter estratificado da realidade, ignorando os processos que engendram, dão forma e conteúdo aos dramas humanos, representando-os como regidos por uma necessidade cega e fatalista, de modo que as variadas mediações advindas da exteriorização das tendências da vida social aparecem substituídas por princípios exógenos à própria sociabilidade (a hereditariedade biológica em Zola, por exemplo).

O princípio metodológico da descrição por sua vez abre espaço para a crescente abstração formal, quando o objeto descrito se desloca da realidade empírica externa para ocupar-se da pura interioridade, tal como ocorre na suplantação da escola naturalista pelo expressionismo. Tanto o naturalista quanto o expressionista se apoiam na minuciosa descrição das particularidades efêmeras para criar o efeito literário desejado, muda, no entanto, o objeto a ser descrito: se os naturalistas descrevem minuciosamente a superfície da realidade externa, os expressionistas e surrealistas transferem o objeto a ser descrito para a pura interioridade do sujeito e seus momentos psicológicos, volitivos etc. Nesse sentido, Lukács vê na obra de James Joyce a culminação do primado da descrição inaugurado pelo naturalismo.¹⁰ A continuidade formal entre estilos literários tão diferentes em termos estilísticos deriva sobretudo da visão de mundo que esposam – uma visão de mundo circunscrita pelo processo de decadência ideológica:

Pois essa postura determina a função dos detalhes - em si mesmos realistas - na estrutura do todo. Se esses detalhes forem compreendidos sem crítica imediata, a obra pode degenerar em um naturalismo indiscriminado, na medida em que a visão de mundo do escritor apaga fundamentalmente a diferença entre detalhes importantes (que enfatizam a essência de forma significativa) e detalhes fotográficos meramente fugazes, inconsequentes e momentâneos. Joyce, por exemplo. Esse é outro aspecto da visão de mundo de vanguarda em que se expressa o caráter básico naturalista de suas intenções artísticas. (Lukács, 1971, p. 505)

Tanto naturalistas quanto expressionistas abordam os problemas da realidade a partir de uma mesma perspectiva de classe (a da burguesia e da pequena burguesia) e, portanto, são incapazes de apreender as relações que conformam o movimento e a legalidade da sociedade capitalista e representá-la através dos destinos humanos figurados literariamente. Deste modo, findam por expressar o mesmo conteúdo social em suas obras – que encontra vazão no mesmo princípio formal da descrição – ainda que as diferenças estilísticas pontuais imediatamente saltem aos olhos. Ambos partem de uma base puramente empirista que é incapaz de selecionar e hierarquizar os momentos decisivos da narrativa de modo a expressar com maior clareza as conexões e mediações que circunscrevem os fenômenos da vida social. O resultado é que tanto uns quanto outros expressam o mesmo tipo de fatalismo e sensação de desamparo, ausência de conexões e sentido, angústia etc. sem serem capazes de capturar as mediações reais que governam os fenômenos figurados artisticamente.

A ontologia do pensamento burguês

Contudo, as determinações constitutivas da decadência ideológica – a regressão ao empírico e evasão do ontológico – delineadas acima, não podem permanecer puras formas gnosiológicas diretivas da produção ideológica. Deve-se, portanto, levantar a questão: qual a imagem da realidade emerge da decadência ideológica? Ou ainda: como deve ser concebida a estrutura e a dinâmica da realidade para que a apologética se torne possível em primeiro lugar? Em suma, qual ontologia é efetivamente pressuposta pela apologia e pela regressão ao empírico dela resultante?

Com esse questionamento obviamente não se procura afirmar que tal ontologia encontra-se nitidamente delineada e sistematizada pelos principais ideólogos da burguesia; de fato, a maior parte destes rejeita de antemão a própria ideia de que uma ontologia deva ser desenvolvida enquanto projeto teórico-

filosófico – algo que Lukács expôs detalhadamente no primeiro volume sua *Ontologia do Ser Social*. Não obstante, acreditamos que uma ontologia é sempre pressuposta por qualquer formulação ou proposição filosófica. Por ontologia entendemos tão somente o modo de articulação, estruturação e dinâmica que apresenta o mundo dos fenômenos, independentemente da consciência, vontade ou da razão humana. Deste modo, mesmo proposições de corte estritamente epistemológico sobre a natureza e limites do conhecimento pressupõe *uma forma específica como os fenômenos devem se organizar e estruturar, para que o conhecimento destes seja possível nos termos próprios apresentado pela proposição*.¹¹ Neste sentido, é importante também clarificar que a evasão do ontológico que caracteriza a decadência ideológica, *também* pressupõe uma ontologia, embora uma que elimine a imensa maioria das determinações propriamente ontológicas dos entes e complexos, como veremos.

Podemos tomar a citação de J. S. Mill aduzida acima como uma premissa preliminar para explicitar elementos estruturais de tal ontologia. Quando Mill afirma que “não conhecemos a essência, nem o real modo de produção de qualquer fato, mas apenas em sua relação com outros fatos no sentido de sucessão ou similitude” e que “essas relações são constantes, isto é, sempre iguais nas mesmas circunstâncias” (MILL 1887 pp 7-8), ele pressupõe uma série de determinações ontológicas. Por exemplo de que a relação entre fenômenos é constante, quer dizer, que regularidades empíricas se efetivam constantemente – o que constituiria o fundamento de asserção e registro de leis empíricas. Isto é, dessa concepção se implica um dado ontológico: a regularidade de eventos é uma propriedade intrínseca do mundo. Ora, não é auto evidente que este seja o caso, sabemos que o tipo de regularidades que Mill tem em mente (as que correspondem às leis da física e da química) não simplesmente se efetivam espontaneamente na natureza, em “sistemas abertos” (para usar a apropriada expressão de Roy Bhaskar),¹² mas antes devem ser, *produzidas* (causadas) em ambientes controlados, isto é, em um “sistema fechado” (sistemas experimentais, no qual regularidades ou conjunções constantes de eventos são produzidas seja mediante da eliminação de qualquer elemento inibidor da efetivação da sequência de eventos desejada seja mediante a reunião dos elementos necessários para sua efetivação). De fato, Marx também já salienta a necessidade de diferenciar o procedimento científico da crítica da economia política, que exige o processo de abstração e reconstrução mental das mediações e articulações internas dos objetos, mediante o qual é capaz de identificar e isolar as legalidades e as regularidades por elas produzidas, do procedimento do físico, que “observa processos naturais, em que eles aparecem mais nitidamente ou menos obscurecidos por influências perturbadoras ou, quando possível, *realiza experimentos em condições que asseguram o transcurso puro do processo*” (Marx, 2013, p. 78. Os itálicos são nossos).

Se tomarmos a distinção entre sistemas abertos e fechados, é possível então estabelecer uma distinção ontológica entre os “mecanismos” que produzem os fenômenos e as “sequências de eventos” produzidas pela atividade destes mecanismos. A identificação e apreensão científica destes mecanismos constitui a possibilidade de *apreensão científica de sua gênese*. A formulação de Mill por sua vez, ignora essa distinção, restringido o escopo da realidade aos eventos que constituem objetos da percepção, resultando assim uma ontologia de eventos empíricos. Leszek Kolakowski, ao comentar essa mesma passagem de Mill, oferece uma instrutiva síntese da imagem de realidade que tal ontologia implica:

O que é efetivamente dado no conhecimento humano são impressões individuais; o sujeito cognitivo é meramente uma sequência de impressões, e corpos externos nunca são experienciados de outra maneira. A existência do mundo físico é reduzida à constante possibilidade de impressões que experienciamos e nessa perspectiva o problema metafísico em sentido estrito nunca emerge. (Kolakowski, 1968, p. 78)

Assim, a estrutura da realidade se apresenta constituída exclusivamente a partir dos fenômenos empíricos apreendidos pela representação. Compreende-se com isso que tal ontologia toma corpo a partir da *hipostasiação ontológica da estrutura cognitiva do aparato sensorial*. Isto é, a estruturação e o encadeamento da realidade efetiva, entes e processos objetivos, é concebida como essencialmente idêntica ao modo em que estes se refletem, como fenômenos, na representação empírica dos sujeitos. Essa transfiguração da estrutura da sensibilidade em armação ontológica do ser é um desdobramento generalizado do pensamento burguês após a derrocada do hegelianismo.¹³

Portanto, a partir da regressão ao empírico, que constitui um dos eixos centrais da decadência ideológica, emerge como pedra angular do arcabouço conceitual do pensamento burguês uma *ontologia empírica*, isto é, uma ontologia que toma a categoria de “mundo empírico” como fundamento. Quais são, contudo, os lineamentos conceituais de tal ontologia? A passagem de John Stuart Mill citada acima nos fornece indicações importantes, mas precisamos nos embrenhar ainda mais por esta vereda. Para a finalidade de explicitar os elementos mais importantes desta ontologia, devemos recorrer a um autor cuja obra assume um lugar central nas próprias reflexões de Lukács acerca da fisionomia da filosofia contemporânea, nos Ludwig Wittgenstein e seu *Tractatus Logico-Philosophicus*. Nesta obra chave, especialmente nas primeiras partes – na qual Wittgenstein apresenta a imagem específica de mundo que possibilita sua teoria da figuração lógica – encontramos uma apresentação sistemática da articulação categorial que constitui o alicerce ontológico (ainda que apresentado em termos da lógica simbólica) da filosofia burguesa contemporânea.

No *Tractatus* Wittgenstein descreve o mundo enquanto composto por objetos / coisas, que figuram como os componentes básicos, “sempiternos” (Hacker, 1987, p. 19), do tecido da realidade. Tais objetos são absolutamente simples, isto é, não podem ser ulteriormente decompostos, constituindo assim a “substância do mundo” (Wittgenstein, 2017, §2.02 – 2.021). Os objetos não possuem nenhuma *propriedade material* constitutiva, isto é, nenhum lastro ontológico, “pois estas só são representadas através de proposições - só são formadas através da configuração dos objetos” (quer dizer, na relação entre fenômenos), encontrando-se, assim, reduzidas ao seu mais elementar ser-sensorial ou, na linguagem de Wittgenstein, à sua forma lógica (Wittgenstein, 2017, §2.0231).¹⁴ Portanto, a única coisa que diferencia um objeto de outro, são suas propriedades externas, isto é, seus predicados empíricos (Wittgenstein, 2017, §2.0232-2.0233). A propriedade essencial destes objetos é a possibilidade de se conectarem a outros objetos, constituindo assim “estados-de-coisas” (Wittgenstein, 2017, § 2.01 – 2.011). A totalidade da realidade, por sua vez, é composta pela totalidade dos estados-de-coisas possíveis. Esses estados-de-coisas são igualmente atômicos e independentes uns dos outros (Wittgenstein, 2017, § 2.061) Por conseguinte, não se pode estabelecer qualquer conexão ou relação de necessidade entre os estados-de-coisas (ou, na linguagem tradicional do positivismo, conjunções de eventos), assim, “da existência ou da não-existência de um estado

de coisas, não se pode deduzir a existência ou a não-existência de um outro” (Wittgenstein, 2017, §2.062.) O que implica a inexistência de qualquer relação de causalidade entre os diferentes estados de coisas, estes configuram-se sempre de maneira casual, contingente.

Portanto, a realidade se estrutura ontologicamente sob a forma de um fluxo de estados de coisas ou eventos empíricos atômicos, carentes de qualquer relação intrínseca entre si, cujo encadeamento não é regido por qualquer forma de necessidade, permanecendo exclusivamente contingente e aleatório – mas dos qual certos encadeamentos de eventos particulares podem vir a ser verificados como regulares (o que configuraria o fundamento para o registro de leis empíricas “causais”, como indica a passagem de Mill por nós comentada). Da mesma maneira, é eliminada em nível ontológico qualquer relação de universalidade, isto é, qualquer propriedade que circunscreva a totalidade ou um grande conjunto de objetos, visto que atonicidade destes implica que toda a forma de totalidade é meramente um “composto”, passível ser ulteriormente decomposto a suas partes constituintes. Qualquer universalidade subsiste, assim, tão somente enquanto atribuição arbitrária, de caráter subjetivo. Qualquer determinação que exceda a finitude empírica, da atonicidade e casualidade dos fenômenos, deve ser concebida como uma contribuição externa do sujeito, sem qualquer lastro ontológico – como é efetivamente o caso da causalidade.

Se desejarmos, podemos elencar, a partir de Wittgenstein, três elementos que confluem para configurar os lineamentos ontológicos básicos da filosofia burguesa no período da decadência ideológica:

- (1) A absoluta simplicidade e relativa indeterminação dos fenômenos, reduzidos ao seu mais elementar ser-sensorial, enquanto conjunto de instâncias e dados sensoriais, ainda carentes de qualquer ligação e unidade que os conforme em objeto.
- (2) A contingência do encadeamento temporal dos fenômenos, cuja aparência de conexão ou relação necessária se reduz à regularidade de sua concomitância no tempo, em si mesma de caráter contingente.
- (3) A singularidade e atonicidade dos fenômenos, a partir da qual nenhuma universalidade real pode ser apreendida, senão de modo meramente comparativo pela via da indução, o que por sua vez implica também que todos os complexos se reduzem à composição (ou conjunção) de suas instâncias simples e que conceito de um todo sempre se reduz à composição aditiva de suas partes.

Contudo, o caráter sumamente abstrato destes lineamentos, que apresentam a realidade como um composto desordenado de instanciarções empíricas obstat sua permanência nesta forma, sob a pena de não ser capaz de produzir nenhuma imagem de mundo coerente e minimamente condizente com a experiência cotidiana. Na medida em que a dinâmica do real carece de mediações e articulações imanentes, o conjunto da realidade que emerge das premissas estabelecidas exige formatação pela consciência para que possa assumir a forma de um mundo a partir do qual seja possível qualquer tipo de inferência. Assim, indica Lukács, a lógica formal torna-se necessariamente o instrumento teórico para conferir um tal ordenamento, constituindo-se sempre como “o complemento interno, o princípio ordenador formal do material concreto” para qualquer filosofia “que apresente pretensões maiores que a de transformar toda imagem do mundo em um fluxo informe, captado por uma intuição puramente

intuitiva” (Lukács, 2020, p. 131). Deste modo, a lógica formal se torna o derradeiro modelo de conhecimento “racional”, isto é, todo o saber racional acerca da realidade se resume ao saber de natureza meramente quantitativa, fundado exclusivamente na descrição (no caso de Wittgenstein, da “figuração”) de eventos empíricos atômicos, passíveis de ser apreendidos de maneira puramente matemática, mas no qual a problemática da gênese desaparece por completo. Esse não é somente o caso de Wittgenstein e outros pensadores de matriz positivista e empirista, que ostensivamente mobilizam a lógica formal para conferir tanto uma forma minimamente condizente com a experiência cotidiana para o fluxo caótico dos fenômenos quanto para desenvolver algum critério de cientificidade,¹⁵ mas também por pensadores de corte irracionalista que pressupõe *a mesma concepção* tanto acerca da estrutura ontológica do mundo externo, quanto acerca da natureza do saber “racional”, para então propor uma outra forma de conhecimento, intuitivo, capaz de ir além do caráter meramente formal-descritivo. A título de exemplo, mencionaremos apenas Martin Heidegger que em uma polêmica velada contra Wittgenstein, assume todos os pressupostos teóricos básicos daqueles, divergindo apenas acerca do problema da cognoscibilidade do “ser” (isto é, a esfera da realidade que escapa ao saber meramente empírico-descritivo e que na perspectiva da decadência ideológica é preenchida por conteúdos de natureza místico-irracional).¹⁶ Lukács salienta essa unidade fundamental do pensamento burguês, assentada nas determinações comuns que emergem da decadência ideológica:

A ontologia de Heidegger aparece, assim, em duplo sentido, como complementação orgânica do neopositivismo [...] Heidegger faz a tentativa de preencher com conteúdo, articular filosófica, ontologicamente, o “silêncio” de Wittgenstein, em que se expressa a rejeição neopositivista de nossos problemas vitais (ou sua incapacidade de solucioná-los). Por isso, a filosofia de Heidegger não constitui uma antítese exata ao neopositivismo, sendo apenas a complementação deste: ambos pisam o mesmo chão, examinam os problemas da sua época da mesma maneira, não vislumbrando neles autênticas questões histórico-sociais, mas fundamentos imutáveis de um pensamento científico, ou então fenomenológico; com a diferença de que, onde Carnap se detém satisfeito consigo mesmo, Heidegger manifesta um desconforto wittgensteiniano. (Lukács, 2012, p. 84)

E arremata, ressaltando que a questão central da *gênese* é o ponto em comum fundamental de ambas as filosofias – e efetivamente de todas que emergem fundadas nas determinações da decadência ideológica:

A exclusão consequente de toda gênese histórico-social no caso de fenômenos eminentemente sociais, o que necessariamente eleva o plano atemporal suas características condicionadas pelo tempo, é apenas uma consequência metodológica do modo fundamental de ver as coisas, da exclusão por princípio de todo e qualquer ente-em-si do âmbito das duas filosofias. (Lukács, 2012, p. 90)

Conclusão

No decorrer desse trabalho vimos que a “teoria da decadência ideológica” de Lukács fornece uma base teórico-conceitual útil não somente para compreender o desenvolvimento específico da filosofia burguesa a partir da segunda metade do século XIX, mas também toda uma gama de desdobramentos teóricos nas mais amplas áreas. A partir da investigação das transformações histórico-sociais da posição da burguesia em relação ao desenvolvimento material da sociedade e a necessária refundação de suas premissas

ideológicas desencadeada pelo acirramento da luta de classes, Lukács é capaz de apreender a gênese de um arcabouço conceitual que emerge para fornecer esteio para a necessidade apologética que dominará o pensamento burguês a partir dessas transformações materiais e ideológicas. Como indicado anteriormente, a teoria da decadência ideológica versa sobre *a forma necessária que o pensamento burguês deve assumir para tornar possível a apologética* e os desdobramentos necessários acarretados pela emergência desta nova forma de pensamento. Por essa razão, Lukács é capaz de identificar uma raiz comum entre as diversas formas de pensamento reacionário e a consequência última a que se dirigem: a manutenção da ordem capitalista, seja pela via de uma apologia direta do atual estado de coisas, seja pela via de uma apologia *indireta* do modo de produção capitalista. O saliente rigor das análises de Lukács do irracionalismo filosófico em particular e da filosofia burguesa em geral repousam, portanto, em sua *crítica imanente* destes. A ideia de *crítica imanente*, no sentido propriamente marxiano, não se refere tão somente à refutação tradicional das proposições filosóficas, quer dizer, na mera demonstração da inverdade e falsidade das teses criticadas, ou sequer na tentativa de explicitação de sua impossibilidade epistemológica ou incoerência lógica (como seria a crítica transcendental kantiana ou a crítica positivista de Carnap respectivamente,). Repousam, antes, na apreensão dos nexos internos de um sistema filosófico que constituem sua *historicidade*, isto é, o lugar histórico que ocupa e efetividade social que encerra.

A apreensão teórica da maneira como o pensamento burguês se articula no período da decadência ideológica afim de obstar ou coibir a investigação científica do problema da gênese a partir das tendências simultâneas de regressão ao empírico e evasão do ontológico – e a ontologia que emerge como resultado desse processo – constitui assim uma base fundamental para a compreensão da ideologia burguesa de nossos tempos, algo fundamental em um momento de acelerado avanço das tendências irracionaisistas e do acirramento da luta de classes. A teorização de Lukács, assim, fornece um norte teórico indispensável para o embate ideológico em nossos tempos.

Referências:

- BHASKAR, Roy. **A realist theory of science**. Sussex: The Harvester Press, 1978.
- BUCKLE, T. H. **History of civilization in England vol. I**. Londres: John W. Parker and Son, 1857.
- CANNALONGA, Francisco.; BARBOSA, Jonnefer. Dialética e Decadência Ideológica: para uma teoria marxista da filosofia contemporânea. **DoisPontos**, Curitiba, 21(3), pp.144-165, 2025.
<https://doi.org/10.5380/dp.v21i3.95952>.
- CASSIRER, Ernst. **Substance and Function and Eistein's Theory of Relativity**. Chicago: Open Court, 1923.
- CASSIRER, Ernst. **The problem of knowledge. Philosophy, science and history since Hegel**. Londres: Yale University Press, 1950.
- DILTHEY, Wilhelm. **Introdução às ciências humanas**. Trad. Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- DROYSEN, J. G. **Manual de Teoria da História**. Trad. Sara Baldus e Julio Bentivoglio. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- FREULER, L. 1995. **La crise de la philosophie au XIXe Siècle**. Paris: Vrin, 1997.

- GEDO, Andras. **Crisis consciousness in contemporary philosophy**. Berlim: Akademie Verlag, 1982.
- HACKER, P. M. S. **Insight and illusion. Themes in the philosophy of Wittgenstein**. Oxford: Clarendon university press, 1986.
- HEIDEGGER, Martin. **Escritos e conferências**. Trad. Ernildo Stein. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- HUME, David. **Tratado da natureza humana**. Trad. Débora Danowski. São Paulo: UNESP, 2000.
- JANET, Paul. **La philosophie française contemporaine**. Paris: Calmann Lévy, 1879.
- KON, I. S. **El idealismo filosófico y la crisis en el pensamiento histórico**. Buenos Aires: Editorial Platina, 1962.
- KOLAKOWSKI, Leszek. **The Alienation of reason. A history of positivist thought**. Trad. Norbert Guterman. Nova Iorque: Doubleday & Co., 1968
- LUKÁCS, György (Georg). **“Zur Literaturtheorie der nationalen Bewegung”**, 1934. Manuscrito datilografado, disponível online: <https://real-ms.mtak.hu/21578/>.
- LUKÁCS, György (Georg). **Werke. Band 4. Probleme des Realismus I**. Berlim: Luchterhand. 1971.
- LUKÁCS, György (Georg). **Zur Kritik der faschistischen Ideologie**. Berlim: Aufbau, 1989.
- LUKÁCS, György (Georg). **Marxismo e teoria da literatura**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- LUKÁCS, György (Georg). **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. Trad. Lya Luft e Rodnei Nascimento. São Paulo: Boitempo, 2011.
- LUKÁCS, György (Georg). **O Romance histórico**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011
- LUKÁCS, György (Georg). **Para uma ontologia do ser social I**. Trad. Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer, Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.
- LUKÁCS, György (Georg). **Marx e Engels como historiadores da literatura**. Trad. Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2016
- LUKÁCS, György (Georg). **A Destruição da Razão**. Bernard Herman Hess, Rainer Patriota e Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.
- MARCUSE, Herbert. **Razão e revolução. Hegel e o advento da teoria social**. Trad. Marília Barroso. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- MARX, Karl. **Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico, vol. III**. Trad. Reginaldo Sant’Anna. São Paulo: Difel, 1985.
- MARX, Karl. **Grundrisse. Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política**. Trad. Mario Duayer e Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política, Livro I: O processo de produção do capital**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Werke 30**. Berlim: Dietz, 1974.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Cartas sobre “O Capital”**. Trad. Leila Escorsim. São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- MILL, John Stuart. **The Positive Philosophy of Auguste Comte**. Nova Iorque: Henry Holt and Company, 1887.
- RANKE, Leopold. **Über die Epochen der neueren Geschichte**. Vorträge dem Könige Maximilian II. Leipzig: Duncker & Humblot, 1906.
- RUBIN, Isaac. **História do Pensamento Econômico**. Trad. Rubens Enderle. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014.
- SCHELLING, Friedrich Wilhelm. **Sämtliche Werke. Zweite Abteilung, Dritter Band**. Stuttgart: Cotta, 1858.

SCHNÄDELBACH, Herbert. **Philosophy in Germany. 1831-1933**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

SCHOPENHAUER, Arthur. **O Mundo como vontade e como representação, primeiro tomo**. Trad. Jair Barboza. São Paulo: UNESP, 2005.

TAINE, Hyppolite. **Histoire de la littérature anglaise. Tome I**. Paris: Librairie L. Hachette, 1863.

WATT, Ian. **The Rise of the Novel**. Berkeley: University of California Press, 1957.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus logico-philosophicus**, 3ª edição. Trad. Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: EDUSP, 2017.

YOVEL, Yirmiyahu. **Kant and the Philosophy of History**. New Jersey: Princeton University Press, 1980.

Notas

¹ Mestre em filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pesquisador do grupo Transatlântica: rede de estudos da decolonização (PUC-SP). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6016695549732944>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-4539-2036>. E-mail: franciscocannalonga@gmail.com.

² Doutor em filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor permanente do programa de pós-graduação em Filosofia da PUC-SP. Líder de grupo de pesquisa Transatlântica: rede de estudos da decolonização (PUC-SP). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1111613102746855>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5653-3859>. E-mail: jfbarbosa@pucsp.br.

³ Essa afirmação, acerca da difusão dos efeitos da decadência ideológica, deve ser compreendida sempre como uma *tendência* que se manifesta de maneira desigual, em maior ou menor grau, em diferentes nações, a depender de determinações objetivas, que só podem ser estabelecidas com um estudo detido de cada caso. O que se procura estabelecer aqui é a forma geral que tal tendência assume, isto é, a forma abstrata em que se deixa apreender como necessidade social.

⁴ “As contradições mencionadas por Malthus e parcialmente derivadas de uma lei natural fictícia são apenas fenômenos do antagonismo fundamental da sociedade burguesa; esse antagonismo, a oposição entre capital e trabalho, tanto nessa argumentação quanto na ideologia da harmonia de interesses de classes sob o capitalismo. A economia vulgar eleva a *aparência* – em outras palavras, a maneira como o movimento da produção capitalista se reflete na falsa consciência daqueles envolvidos nessas relações – ao nível de *teoria*. A essa falsa consciência pertencem tanto as ilusões de harmonia quanto a ‘visão brutal do capital’ à qual Malthus ‘conferiu brutal expressão’” (Gedo, 1982, p. 56-57).

⁵ Cf. Schelling, 1858, p. 126.

⁶ “A ideia de que mesmo o histórico é meramente uma exemplificação das características gerais do ser ou leis tais como ‘eternas recorrências’, progresso, declínio etc. foi abandonada em favor do princípio da individualidade histórica e desenvolvimento individual. Portanto, a ciência da história não poderia mais ser uma ciência de essências ou leis” (Schnädelbach, 1984, p. 38).

⁷ “O programa da nova historiografia positivista foi então inaugurado. Ele admite apenas causas naturais e haverá de mostrar que a cadeia de causas não se estende ao infinito, mas pode ser traçada a partir de alguns poucos princípios gerais que governam todos os eventos. As causas gerais, cuja operação pode sempre ser demonstrada e que é o suficiente para explicar cada existência ou desenvolvimento particular, foram chamadas por Taine de tríade de raça, meio e tempo. O historiador havia completado sua tarefa científica quando ele sucedia em demonstrar a participação destes três fatores básicos em todos os fenômenos. Disso, uma extraordinária simplificação parecia ter sido atingida: a existência histórica, tão múltipla à primeira vista, tão heterogênea, tão incalculavelmente rica, havia se revelado aos olhos do analista tão simples e uniforme quanto os três conceitos que a tornam completamente compreensível” (Cassirer, 1950, p. 248).

⁸ “O problema do ‘historicismo’ se reduz sobretudo à crítica do conhecimento histórico, à análise de seus pressupostos teóricos. E esta ‘crítica’ do conhecimento histórico feita a partir da posição do irracionalismo filosófico, do relativismo e do ceticismo, finda com a total negação da própria objetividade, não só da ciência histórica, mas também do próprio processo histórico.” (Kon, 1962, p. 60).

⁹ Procuramos apresentar uma síntese desse conjunto de problemas em nosso trabalho cf. Cannalunga, Barbosa, 2025.

¹⁰ A justeza das concepções de Lukács se verificam quando temos em conta que um importante crítico como Ian Watt corrobora inadvertidamente a tese de Lukács, ao conceber como elemento formal central do romance a descrição minuciosa dos objetos e ações, estados anímicos, etc. o qual caracteriza como “realismo formal” (algo que

corresponderia à caracterização da técnica naturalista da “descrição” em Lukács). Sem indagar sobre a natureza do conteúdo efetivo evocado pelas técnicas de composição, a premissa de Watt o permite também vislumbrar no *Ulysses* de James Joyce a culminação derradeira da forma romanesca (isto é, do “realismo formal”), cf. Watt, 1957, p. 206.

¹¹ Discutindo a “revolução copernicana” operada pela *Crítica da Razão Pura*, Yirmiyahu Yovel fornece uma nítida síntese acerca do aporte ontológico da investigação epistemológica de Kant, cuja argumentação é também válida também para os temas que estamos aqui tratando: “Como um resultado da revolução copernicana, as condições sintético-lógicas para a correta descrição de um estado-de-coisas objetivo são igualmente condições ontológicas para esse estado-de-coisas *ser* o que é (e o que a descrição afirma que ele seja); e, portanto, toda a análise da estrutura *a priori* do conhecimento torna-se *ipso facto* uma análise da estrutura *a priori* (supra-empírica) da realidade conhecida”. (Yovel, 1980, p. 259)

¹² Cf. Bhaskar, 1978, p. 93.

¹³ Para uma síntese desse desenvolvimento do pensamento burguês após a morte de Hegel cf. Cannalunga; Barbosa, 2025.

¹⁴ A maneira como o fenomenalismo pressuposto por Wittgenstein aqui é passível de ser traduzido em termos da lógica formal é apresentado de maneira cristalina por Ernst Cassirer: “O que o mundo parece conter em adição, o que é adicionado em conceitos, como átomos ou moléculas, éter ou energia, é na realidade nenhum elemento novo, mas um modo particular em que o dado sensorial aparece. A completa análise lógica reduz esses conceitos ao seu significado quando ele os reconhece como símbolos para certas impressões e complexos de impressões. A unidade do método físico parece estar assim assegurada pela primeira vez; pois agora não se encontra estorvado por elementos heterogêneos, mas no conceito geral de sensação o denominador comum é fixado, para o qual todas as asserções relativas à realidade devem ser reduzidas em último caso” (Cassirer, 1923, p. 114).

¹⁵ Sobre o critério de cientificidade da filosofia contemporânea que emerge no contexto da decadência ideológica, novamente referimos o leitor ao nosso ensaio cf. Cannalunga; Barbosa, 2025.

¹⁶ “A linguagem abandona-se, ao contrário, a nosso puro querer e à nossa atividade, como um instrumento de dominação sobre o ente. Este próprio ente aparece como o efetivamente real no sistema de atuação de causa e efeito. Encontramos o ente como o efetivamente real tanto quando calculamos e agimos, como quando procedemos cientificamente e filosofamos com explicações e fundamentações. A elas também pertence o garantir que algo seja inexplicável. Com tais afirmações pensamos estar diante do mistério. *Como se já estivesse estabelecido que a verdade do ser se pudesse fundamentar, de qualquer modo, sobre causas e razões explicativas, ou, o que dá no mesmo sobre a impossibilidade de sua apreensão.*” (Heidegger, 1973, p. 350; os itálicos são nossos).

Recebido em: 4 de maio 2025

Aprovado em: 8 de set. 2025